

Jornal

30 de Agosto



Junho de 2011

PSPN próximo de se tornar realidade no Paraná

Com o anúncio dos 3% nos salários em julho, a luta agora é pela aplicação de 1/3 de hora-atividade

ELEIÇÕES DA APP ACONTECEM DIA 22 DE SETEMBRO pg. 08

PSPN próximo de se tornar realidade no Paraná

Companheiros e companheiras de travessia,

Conquistada a reposição da inflação em maio e o índice de 5,95% ano para a equiparação salarial, um dos principais desafios para os próximos meses é a implementação, em nosso estado, do Piso Salarial Profissional Nacional dos professores. Em todo o país os educadores lutam para tornar realidade a Lei do Piso de 2008, recentemente declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Além de realizar mobilizações e atos públicos, vários estados e municípios estão neste momento em greve pelo PSPN.

Aqui no Paraná estamos muito próximos da conquista do Piso Nacional. Em reunião com a direção da APP-Sindicato o governo se comprometeu em aplicar no salário dos

professores no mês de julho o reajuste de 3% para alcançar o valor do Piso Nacional.

Hora-atividade - Em virtude do quadro crescente de desgaste dos educadores em sala de aula, uma das maiores expectativas da categoria em relação à Lei do PSPN é a aplicação dos 33% de hora-atividade. Independente da publicação do Acórdão do STF, a direção da APP reivindica do governo que o segundo semestre já se inicie com um percentual maior de hora-atividade.

Piso dos Funcionários - A APP-Sindicato está reforçando a luta nacional para que, em breve, o Piso Salarial Nacional para os funcionários de escolas seja uma realidade. Em conjunto com a CNTE, a entidade atua no Congresso Nacional para que todos os profissionais da educação tenham a garantia de piso e carreiras dignas.

Eleições da APP-Sindicato - No dia 22 de setembro acontecem as eleições da APP-Sindicato. Será eleita a diretoria estadual, as

diretorias das 29 regionais, os representantes dos municípios e o novo Conselho Fiscal da entidade. A Assembleia estadual da APP, realizada em Maringá no último dia 11, aprovou toda a regulamentação para o processo eleitoral, disponível no Portal da APP-Sindicato. Este é mais um momento importante para o fortalecimento de nosso sindicato. Participe!

Nesta edição, informações das principais atividades do sindicato, das lutas desenvolvidas pelos educadores e trabalhadores do país e do andamento da negociação da pauta de reivindicação de nossa categoria.

Boa leitura!

Diretoria Estadual da APP-Sindicato

Tabela de Vencimentos dos Professores - Jornada 20 horas - ATUALIZADA COM 6,5%

	NÍVEIS	Classes										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PDE	Nível III	1.764,25	1.852,46	1.945,08	2.042,34	2.144,45	2.251,68	2.364,26	2.482,47	2.606,60	2.736,93	2.873,77
Especialização	Nível II	1.031,52	1.083,09	1.137,25	1.194,11	1.253,81	1.316,51	1.382,33	1.451,45	1.524,02	1.600,22	1.680,23
Lic. Plena	Nível I	825,22	866,48	909,80	955,29	1.003,05	1.053,21	1.105,87	1.161,16	1.219,22	1.280,18	1.344,19
Lic. Curta	Nível Esp. III	701,44	736,51	773,34	812,01	852,61	895,24	940,00	987,00	1.036,35	1.088,17	1.142,57
Lic. Curta	Nível Esp. II	618,91	649,86	682,35	716,47	752,29	789,91	829,40	870,87	914,42	960,14	1.008,15
Magistério	Nível Esp. I	577,65	606,53	636,85	668,70	702,13	737,24	774,10	812,81	853,45	896,12	940,92

Auxílio transporte: 24% do Nível I - Classe 5 (art. 26) - R\$ 240,73

Tabela Salarial dos Funcionários - ATUALIZADA COM 6,5%

Agente Educacional I				Agente Educacional II					
Classe	Nível		Classe	Nível		Classe	Nível		
	Nº	Valor		Nº	Valor		Nº	Valor	
Classe	1	R\$ 745,98	Classe	19	R\$ 1.459,76	Classe	1	R\$ 1.118,97	
	2	R\$ 774,33		20	R\$ 1.515,24		2	R\$ 1.161,50	
	3	R\$ 803,76		21	R\$ 1.572,81		3	R\$ 1.205,63	
	4	R\$ 834,31		22	R\$ 1.632,57		4	R\$ 1.251,45	
	5	R\$ 866,00		23	R\$ 1.694,62		5	R\$ 1.299,01	
	6	R\$ 898,90		24	R\$ 1.759,02		6	R\$ 1.348,36	
	7	R\$ 933,07		25	R\$ 1.825,86		7	R\$ 1.399,61	
	8	R\$ 968,52		26	R\$ 1.895,23		8	R\$ 1.452,80	
	9	R\$ 1.005,33		27	R\$ 1.967,26		9	R\$ 1.508,00	
	10	R\$ 1.043,53		28	R\$ 2.042,02		10	R\$ 1.565,29	
	11	R\$ 1.083,19		29	R\$ 2.119,61		11	R\$ 1.624,77	
	12	R\$ 1.124,35		30	R\$ 2.200,15		12	R\$ 1.686,52	
	13	R\$ 1.167,07		31	R\$ 2.283,75		13	R\$ 1.750,62	
	14	R\$ 1.211,43		32	R\$ 2.370,55		14	R\$ 1.817,13	
	15	R\$ 1.257,46		33	R\$ 2.460,62		15	R\$ 1.886,18	
	16	R\$ 1.305,24		34	R\$ 2.554,14		16	R\$ 1.957,85	
	17	R\$ 1.354,84		35	R\$ 2.651,19		17	R\$ 2.032,26	
	18	R\$ 1.406,33		36	R\$ 2.751,93		18	R\$ 2.109,49	
								19	R\$ 2.189,64
								20	R\$ 2.272,85
								21	R\$ 2.359,22
								22	R\$ 2.448,87
								23	R\$ 2.541,92
								24	R\$ 2.638,52
								25	R\$ 2.738,79
								26	R\$ 2.842,86
								27	R\$ 2.950,89
								28	R\$ 3.063,03
								29	R\$ 3.179,42
								30	R\$ 3.300,23
								31	R\$ 3.425,65
								32	R\$ 3.555,82
								33	R\$ 3.690,94
								34	R\$ 3.831,19
								35	R\$ 3.976,77
								36	R\$ 4.127,90

A tabela do QPPE pode ser acessada em nosso portal: www.appsindicato.org.br OBS: AUXÍLIO TRANSPORTE - R\$ 223,80

AGENDA 2011

Julho

01 e 02 - I Seminário Estadual dos/as Trabalhadores/as em Educação com Deficiência.

06 - Mobilização nacional da CUT e CNTE pelo PSPN, PNE e redução da jornada.

08 e 09 - Seminário Estadual de Ecosocialismo Sócioambiental.

07 a 09 - II etapa estadual do Curso de Formação Política e Educacional, em Curitiba.

07 a 09 - Curso de Formação Política para a Juventude, em Curitiba.

16/07 a 31/10 - Conferência Estadual de Saúde.

Agosto

04 e 05 - Coletivo de Funcionários em Foz do Iguaçu.

05 e 06 - III etapa Curso de Formação Política e Educacional.

07 - Dia do/a Funcionário/a de Escola.

16 e 17 - 4ª Marcha das Margaridas, Brasília.

16 - Dia nacional de mobilização pelo PSPN e PNE.

16 a 20 - Debates preparatórios ao 30 de agosto.

18 a 20 - Plenária Estadual da CUT - Assentamento Contestado na Lapa.

30 - Dia de Luto e Luta da Educação Pública do Paraná - Paralisação Estadual.



APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filial à CUT e à CNTE | Rua Voluntários da Pátria, 475, 14º andar, CEP 80.020-926, Curitiba, Paraná
 Fone (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 - Site: www.appsindicato.org.br • **Presidente:** Marlei Fernandes de Carvalho • **Secretário de Imprensa e Divulgação:** Luiz Carlos Paixão da Rocha
 • **Jornalistas:** Andréa Rosendo (4962-PR), Adir Nasser Junior (3819-PR), Denise Kelm Soares (7379-PR) e Valnísia Manguiera (893-SE) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rodrigo Augusto Romani (7756-PR)
 • **Revisão:** Carlos Barbosa • **Impressão:** WL Impressões • **Tiragem:** 60 mil exemplares.

Gestão Independência, Democracia e Luta - 2008-2011

• Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretária Geral • Hermes Leão - Secretária de Política Sindical • Janeslei A. Albuquerque - Secretária Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretária de Funcionários
 • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretária de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretária de Municipais • Luiz Carlos Paixão da Rocha - Sec. Imprensa e Divulgação
 • Áurea de Brito Santana - Secretária de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoku Falleiros - Secretária de Aposentados • Silvana Prestes Rodacoswiski - Secretária de Políticas Sociais • José Ricardo Corrêa - Secretária de Organização
 • Isabel Catarina Zöllner - Sec. de Formação Política Sindical • Maria Madalena Ames - Secretária de Sindicalizados • Lirani Maria Franco da Cruz - Sec. Gênero e Igualdade Racial • Idemar Vanderlei Beki - Secretária de Saúde e Previdência

PSPN: Governo anuncia 3% para o mês de julho

Com aplicação dos 3%, a diferença para equiparação diminui. A luta pela hora-atividade também avança

Presente na pauta de reivindicações da categoria – item 3 –, a aplicação da lei do piso salarial profissional nacional (PSPN) no Paraná finalmente será feita. O governo já anunciou, em reunião com a direção da APP-Sindicato, que em julho os salários dos professores terão um acréscimo de 3%, índice necessário para alcançar o valor do piso nacional instituído pelo governo e confirmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em abril.

A Secretaria de Estado da Educação (Seed) e a APP esperam, agora, a publicação do acórdão do Supremo. Nele, será definido se o valor do piso é válido desde 2008, quando a lei foi promulgada, ou se a partir de abril deste ano, quando houve o julgamento no STF. Independente do período a ser considerado pelo Judiciário, existirá um saldo de atrasados cujo pagamento deverá ser negociado com a categoria.

Outro aspecto importante da aplicação da Lei do Piso é a hora-atividade. Nas negociações com a APP, o governo informou sobre a realização de um estudo sobre o impacto da aplicação deste item sobre o magistério. A Seed, inclusive, fala em atingir a destinação de 34% (em vez do 1/3 como define a lei do PSPN) da jornada para as atividades fora da sala de aula, mas de forma gradativa: de 25% para 30% e, finalmente, para 34%.

Para entender melhor a questão, veja o exemplo: um professor com uma jornada de 40 horas teria 14 horas de hora-atividade e 26 horas em sala de aula. Para a direção da APP este é um avanço, pois o percentual se aproxima do número pelo qual a categoria luta: 50%. Além disso, a negociação continua. A categoria quer os 34% de uma só vez. Caso isto não ocorra, pelo menos que os 25% sejam aplicados ainda este ano, no segundo semestre.

O Estado estuda qual será o impacto financeiro com a implantação da hora-atividade de 1/3. O governo deve, em breve, anunciar os números levantados no estudo que está sendo feito.

Equiparação salarial

A luta pela isonomia entre os salários dos professores e os servidores estaduais que têm como exigência de ingresso a formação em nível superior avança com a aplicação da lei do PSPN no Paraná. Em março, o secretário de Educação Flávio Arns apresentou a proposta de pagamento dos 25,97% da equiparação em quatro parcelas de 5,95%. Com a aplicação dos 3% do Piso nos salários base do magistério, o restante da primei-



Reunião com o Governo

Foto: Adir Nasser

ra parcela – 2,86% - será pago em outubro. Até 2014, além da reposição da inflação, a categoria deve receber as três outras parcelas de 5,95%. A negociação para antecipar o pagamento dessas parcelas continuará sendo feita pela APP.

Concurso Magistério 2007

Uma nova ampliação, de 9.780 vagas, foi confirmada pelo governo nas reuniões com a direção do sindicato, mas, até o momento, o edital não foi publicado. De acordo com a Secretaria de Educação, 25 mil novos candidatos serão convocados para apresentar títulos. Em seguida, os 9.780 professores que irão assumir as vagas deverão fazer os exames médicos. A APP tem cobrado da Seed rapidez no processo de nomeação dos educadores.

PSS

Renovação dos contratos dos professores temporários foi assegurada pela Secretaria de Educação à direção da APP. A entidade, inclusive, solicitou uma nota de esclarecimento, no site da Seed, garantindo a não demissão dos PSS contratados, o que foi feito. No documento, o governo afirmou que não existe intenção de interromper os contratos e que os mesmos serão aproveitados ao máximo, pois há demanda na rede. Na mesma nota, o governo também voltou a reiterar a convocação dos concursados. O contrato PSS só será interrompido quando houver o retorno ou a posse

de professor ou funcionário concursado.

Funcionários de escola

Uma comissão de trabalho criada para estudar alterações no Plano de Carreira dos Funcionários e, desta forma, regulamentar o reconhecimento do ensino superior na carreira do Agente Educacional I e da pós-graduação para o Agente II está trabalhando no tema. A APP, que integra o grupo de trabalho, também negocia com o governo um novo prazo para os funcionários optarem em qual quadro querem permanecer – QFEB ou QPPE. O sindicato também vem atuando para garantir a permanência dos funcionários da Educação cujo vínculo com o Estado é CLAD (em sua maioria mulheres que estão prestes a se aposentar). A Seed tem se mostrado sensível à situação, inclusive fazendo remanejamento dos cerca de 1.200 profissionais nesta situação, para que eles permaneçam na rede até a aposentadoria. Em nível nacional a APP reivindica a instituição de um Piso Salarial Nacional para os funcionários de escola.

PDE

O retorno da turma de 2010 para as escolas no dia 19 de julho foi tema na última reunião entre APP e governo. A entidade solicitou que o retorno só ocorra em 18 de setembro, visto que as aulas dessa turma começaram após o previsto e que, no final do ano, houve suspensão da programação por conta do cancelamento do Pro-

grama de Desenvolvimento Educacional (PDE) pelo antigo governo. A Seed está analisando a solicitação. A APP também avaliou a minuta apresentada pela Secretaria a respeito do novo PDE. A entidade expôs pontos que precisam ser alterados. Como exemplo, a questão da liberação sobre a totalidade da jornada (defendida pela APP) e que, na proposta do atual governo, resume-se ao padrão. O sindicato argumenta que a liberação total ajudará o professor a fazer o Programa de forma adequada.

Cargo de 40 horas

No segundo semestre o sindicato vai cobrar da Secretaria de Educação o cumprimento da garantia dada pela nova gestão sobre uma nova

oferta da dobra, além da realização de novos debates para melhorar a proposta e transformá-la em lei. O tema, inclusive, foi colocado em consulta pública, juntamente com outros assuntos, pela Secretaria de Estado da Educação.

Consulta pública

Além da dobra de padrão e porte das escolas, outros itens - que também constam na pauta de reivindicação da categoria (encaminhada ao governo no início do ano) foram colocados sob consulta pública no site da Secretaria de Estado da Educação até o dia 31/06. A APP elaborou um jornal 30 de Agosto especial reafirmando as propostas definidas nas instâncias de decisão da categoria sobre os temas. Este também está disponível no site da APP.

Eleição de diretores

A eleição para diretores de escola, que deve ocorrer em novembro deste ano, por pouco não foi atropelada por um projeto de lei, de autoria do deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB), que garantia a quem já está na direção a possibilidade de reeleição por um número indefinido de vezes. A proposta, de nº 447/2011, foi arquivada na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) após a intervenção da APP-Sindicato, que demonstrou aos deputados que uma iniciativa desta natureza deve ser exclusivamente de origem do Executivo. Em reunião com o secretário Flávio Arns, a APP reafirmou a importância da realização das eleições no mês de novembro deste ano, a fim de que a lei das eleições seja respeitada.

PSPN

APP junto com a CNTE na mobilização de 6 de julho pelo piso

A CNTE iniciará no dia 6 de julho – como parte das atividades do dia nacional de luta da CUT – uma jornada nacional pela implementação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) associado à carreira e pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE). O lançamento da Jornada Nacional com mobilizações e paralisação dos estados e municípios marca o calendário de atividades a serem desenvolvidas pela entidade no segundo semestre.

A APP-Sindicato e várias entidades sindicais da educação vão organizar manifestações e atos públicos no dia 6 de julho, reforçando a atual pauta

de luta da Confederação: implementar o PSPN aplicado à carreira em todos os estados e municípios brasileiros e aprovar o PNE, contemplando os interesses da classe trabalhadora e da sociedade.

O calendário ainda prevê mobilização nacional no dia 16 de agosto, data de assinatura da Lei do Piso.

Mobilização do dia 11 de maio em Curitiba >>



Foto: Imprensa APP

Estados e municípios lutam pelo respeito ao Piso

Milhares de trabalhadores de seis Estados brasileiros – Amapá, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Santa Catarina -, bem como de mais de 60 municípios, estão em greve pela implementação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) em suas regiões. Desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a lei do Piso constitucional, em abril deste ano, as mobilizações pela aplicação do piso associado à carreira vem ocorrendo em todo o país.

Os educadores lutam pela adoção do piso estabelecido pelo governo federal de R\$ 1.187,14, por uma jornada de 40 horas, como vencimento base da categoria. Além disso, as categorias também

querem o 1/3 da jornada como hora-atividade, de acordo com a lei do Piso, para a realização das atividades relacionadas ao exercício da profissão que acontecem fora da sala de aula, a exemplo da correção de provas e preparação de conteúdos.

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE), os sindicatos têm relatado um problema comum nas negociações com os governos locais: a desculpa do não pagamento do piso porque o acórdão da decisão do Supremo Tribunal Federal ainda não foi publicado. Segundo a CNTE, o cumprimento da lei não deve ser protelado por conta desse detalhe. A entidade também argumenta que o real valor do piso deveria ser de R\$ 1.597,87.



Assembleia da APP reúne 600 pessoas em Maringá

Informes de negociação, mobilização, congresso e eleições pautaram encontro

Numa ação de descentralização, no intuito de envolver mais diretamente todas as regiões do Estado, a APP-Sindicato levou a Maringá no dia 11 de junho sua assembleia geral extraordinária. O encontro, no Auditório Dona Guilhermina, no centro da cidade, reuniu mais de 600 pessoas e foi precedido, no dia 10, da reunião do Conselho Estadual da APP.

A assembleia também aprovou o regimento para as eleições da APP, que acontecem em setembro, e o regulamento do 11º Congresso Estadual da entidade, previsto para novembro deste ano. Outros pontos da pauta foram a apreciação dos balanços financeiros e patrimoniais de 2010 do Núcleo Sindical Curitiba Sul e a retificação do repasses dos núcleos sindicais previstos para 2011.



Categoria discute e define as próximas ações do sindicato, eleições e congresso.

Eleições

O regimento para as eleições, que acontecem em 22 de setembro, foi aprovado e já está disponível do site da APP. Nesta eleição, a forma de votação será parcialmente eletrônica, suplementada pelo voto tradicional em papel. O sistema de votação eletrônico contará com registros de segurança e programas instalados nos equipamentos de votação, de modo a possibilitar auditoria especializada no início e fim do processo.

A comissão eleitoral é formada pelos titulares Augusto Franco, Eliane M. dos Santos, Marcio Pessatti, Nádia A. B. Mendes e Rosi Leny Morokawa e pelos suplentes Adelina Vilma M. Ribeiro, Andrea Cristiane Marins Coelho, Rozel Corsi Jr., Sérgio F. de Siqueira e Welynton Del Prá.

Mobilizações

Conforme deliberação do Conselho Estadual, feita no dia anterior, foi aprovado que de 16 a 21 de junho serão feitas assembleias

regionais, para eleger comissões eleitorais e delegados para a plenária da CUT, que acontece de 18 a 20 de agosto, no Assentamento Contestado, na Lapa. Os participantes também foram convocados para o seminário estadual sobre o Porte de Escolas, do dia 21. A assembleia reafirmou também a importância da realização das eleições de diretores em novembro deste ano. Ainda conforme as deliberações a Semana Pedagógica, em julho, será marcada por intervenções com materiais e debates sobre as pautas da categoria. De 16 a 20 de agosto acontecem os preparativos para a paralisação do dia 30 de agosto, Dia de Luto e Luta. Os educadores foram também convocados para o Seminário de Trabalhadores com Deficiência, nos dias 1º e 2 de julho, e para o primeiro Seminário Ecosocialista, nos dias 8 e 9 de julho, em Curitiba, e para a Conferência Nacional de Políticas Públicas da Juventude.

Congresso estadual

O congresso – que acontece nos dias 2, 3 e 4 de dezembro –

teve também seu regimento aprovado com alguns adendos: as teses devem ser entregues até o dia 14 de setembro, para estarem disponíveis no dia 24; a direção estadual e propositores de teses poderão convidar representantes de outras entidades para a abertura do congresso com direito à voz até 18 de novembro.

Moções

Foram aprovadas moções de apoio à greve da saúde em Curitiba; contra as alterações no Código Florestal e a favor do veto

pela presidente Dilma Rousseff; de apoio às greves deflagradas em estados e municípios em defesa da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional. Outra moção prestou solidariedade aos bombeiros do Rio de Janeiro e repúdio ao governador Sérgio Cabral, contra a criminalização dos movimentos sociais.

ParanáPrevidência

O conselho da APP aprovou o nome de Vilma Terezinha de Souza Pinto para representante no Conselho da ParanaPrevidência.



Mais de 600 pessoas lotaram o auditório Dona Guilhermina, em Maringá

Sociedade se mobiliza pelo PNE e concentra atenções no financiamento da educação

APP mantém protagonismo e participa das discussões do novo plano em todo o Estado

A implantação do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que vai nortear as políticas educacionais do país no decênio 2011-2020, está mobilizando a sociedade brasileira, que tem procurado contribuir decisivamente para o aperfeiçoamento do projeto de lei 8035/10, enviado pelo governo ao Congresso.

Ao contrário da edição anterior do PNE, desta vez o plano tem a oportunidade de receber amplo rol de sugestões da sociedade. O resultado foram 2.915 emendas ao projeto, colhidas em audiências públicas realizadas na Câmara e nos Estados. Estas audiências, como espaço de manifestação da sociedade, têm se mostrado uma ferramenta fundamental no aprimoramento da futura lei (veja box).

No Paraná, a APP-Sindicato, que já ajudou a conduzir as importantes discussões de todas as etapas da Conferência Nacional da Educação (Conae) em 2009, quando já se debateu o novo PNE, voltou à condição de protagonista nos debates promovidos para ajustar o projeto do governo. Para isso, a diretoria da APP está participando ativamente em todos os fóruns de discussão no Estado e levado a eles as emendas aprovadas no Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, realizado no final de abril.

Financiamento – O entendimento da APP é de que nada adianta avançar na política educacional sem haver como sustentar tais avanços. Por isso, uma das preocupações centrais da APP é a luta pela garantia no PNE do financiamento da educação nos

próximos anos. Segundo a diretora Educacional da APP-Sindicato, Janeslei Albuquerque, à medida que as audiências vão ocorrendo é possível perceber as divergências e as convergências entre os diversos setores envolvidos. E o aumento dos recursos para educação – antiga bandeira dos movimentos sociais da educação – conquistou a adesão de gestores e se tornou unanimidade.

O estabelecimento de uma meta financeira com base no PIB a ser destinada à educação foi uma constante nos encontros promovidos em diversas cidades do Estado pelo Fórum Estadual de Educação, desde o dia 23 de maio, quando foi aberto o ciclo na UTFPR, em Curitiba, bem como na Audiência da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação (PNE), da Câmara dos Deputados, realizada na Assembleia Legislativa, no dia 6 de junho.

Valores – Na presença do relator do projeto do PNE na Câmara, deputado Ângelo Vanhoni (PT-PR), na audiência do dia 6, a presidenta da APP-Sindicato, Marlei Fernandes de Carvalho, sustentou que o eixo das discussões do novo Plano deve ser o financiamento, centrado na luta histórica pela destinação do equivalente a 10% do PIB para a educação, mas que contemple também a regularização do repasse de recursos da União para estados e municípios.

A proposta de destinação de 10% do PIB para a educação, já aprovada pelo Congresso há 10 anos para o primeiro PNE e vetada pelo governo,

embora ambiciosa, é factível e necessária, conforme estudo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, apresentado na audiência pública. O governo já fez constar na proposta o índice de 7%, o que já seria um incremento – porém insuficiente – aos cerca de 5% aplicados hoje.

Segundo Daniel Cara, coordenador da campanha, para custear a educação, em um cenário de expansão com padrão mínimo de qualidade e com base em apenas nove das 20 metas do PNE que contam com análise de custo, seria necessário que se destinasse o equivalente a 9,242% do PIB. Conforme demonstra a professora Janeslei, a luta pelos 10% do PIB para a educação já fora apresentada ao governo federal em dezembro de 2000, como resultado de seis Congressos Nacionais de Educação (Coneds). Abaixo deste percentual, conclui Janeslei, é praticamente impossível que as metas expressas no PNE serão plenamente atingidas.

Necessidade – Como assinalou Vanhoni, a ampliação do número de matrículas, especialmente na pré-escola, deve ter um impacto orçamentário significativo, a requerer uma maior destinação de recursos para a educação. A demanda por recursos deve se acumular com os investimentos em ensino técnico, implantação do piso do magistério e com a educação de jovens e adultos, iniciativas já contempladas no projeto.

Parte dos recursos para fazer frente a esta demanda deve vir da reserva de 50% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal, mas a questão orçamentária é complexa, por envolver União, Estados e municípios, e deve exigir discussões mais aprofundadas.

Divergências – A secretária Educacional da APP assinala que as principais divergências estão na questão da gestão dos recursos, que os educadores pretendem que seja feita diretamente pelas secretarias de Educação, de forma plena, bem como o acompanhamento da gestão dos recursos.

As demandas são para que a verba da educação se submeta a controle social e conte com política de transparência na sua gestão – o que ainda

Número de emendas é recorde, mas discussões prosseguem

Apesar de o prazo para apresentação de emendas ao PL 8035/2010 ter se esgotado, o projeto ainda não está fechado e as discussões prosseguem. As 2.915 propostas de alteração do texto do Executivo foram um número recorde para um projeto na Câmara. No entanto, as audiências públicas continuam para aprimorar o texto. O relator da matéria, deputado Ângelo Vanhoni (PT-PR), tem afirmado que uma primeira versão do relatório será entregue entre meados de agosto e início de setembro. Mas, com o número alto de emendas, não é possível determinar, neste momento, quando o relatório estará pronto para ser votado. A princípio, a análise dos deputados da Comissão é terminativa, ou seja, após votado nesta esfera da Câmara dos Deputados, o texto deverá seguir diretamente para o Senado Federal.

Propostas da APP para o novo PNE

- Educação universalizada, pública, gratuita e laica.
- Aumento de recursos para a educação: 10% do PIB, com 50% do Fundo Social do Pré-Sal.
- Recursos públicos aplicados exclusivamente na escola pública.
- Políticas de valorização do docente (piso e carreiras em todos os níveis).
- Gestão plena dos recursos pelas Secretarias da Educação.
- Gestão democrática dos recursos (controle social e transparência na administração).

gera dissenso com os gestores. Também é uma reivindicação histórica dos educadores da rede pública a destinação exclusiva dos recursos públicos para a educação pública. “A educação privada é um negócio e precisa ser autossustentada”, diz Janeslei.

Para saber do calendário de discussões, acesse o site da APP: www.appsindicato.org.br

Novo sistema de saúde é pauta prioritária

Servidores e governo têm pressa para substituir o SAS

A principal atuação da APP-Sindicato na área da saúde, em conjunto com o Fórum Estadual dos Servidores (FES), é na construção do novo modelo de atendimento aos funcionários públicos. Várias reuniões, tanto com a categoria quanto com o governo, foram realizadas para debater esse tema. Ambos têm pressa para a implementação. O projeto ainda não foi apresentado ao governador Beto Richa, mas há consenso em vários pontos.

A ideia é que haja um Fundo Médico Hospitalar com participação igualitária na captação de recursos e

gestão paritária entre Estado e servidores, conforme previsto na lei estadual nº 12.398/98. Nesse ponto é importante destacar que o Estado terá que contribuir com esse fundo com no mínimo 2% da folha de pagamento dos servidores do Estado do Paraná. A coparticipação dos servidores será avaliada, após o estudo financeiro.

No Estado, são 224 mil servidores. Somando os dependentes serão 420 mil pessoas aptas a utilizar o sistema. Para os usuários, um dos itens mais importantes é a descentralização, ou seja, o servidor não terá o atendimento restrito à sua região. Haverá convênios em todo o Estado, com profissionais da área médica, clínica e hospitais. A forma de pagamento aos prestadores dos serviços médicos hospitalares será por procedimentos efetuados.

O sistema é destinado a todos os servidores ativos, aposentados

e pensionistas e não será obrigatório, contudo quanto mais servidores aderirem, mais recursos haverá. O Fórum das Entidades Sindicais (FES) ainda reivindicou que todos os trabalhadores em contratos temporários passem a fazer parte desse novo sistema de saúde, o que não tem objeção por parte do governo.

O Estado vai contratar um seguro saúde para os procedimentos intra-hospitalares e de alta complexidade, que atualmente o SAS não cobre: cirurgias cardíacas, fornecimento de órteses e próteses, tratamentos em psicologia e fonoaudiologia e ressonância nuclear magnética.

Para poder regular o sistema e coibir abusos na sua utilização e gerenciá-lo com mais eficiência, a proposta do governo prevê o chamado fator moderador, pelo qual o servidor pagará um percentual em consultas e

exames conforme sua faixa salarial.

“Todas as decisões terão a consulta com a categoria e com o Fórum”, afirma Idemar Beki, secretário de Saúde e Previdência da APP-Sindicato. O desejo da base é que haja auto-gestão, por meio de uma autarquia. Segundo Beki, os FES não abandonarão essa ideia.

No caso dos educadores, a mudança do modelo é ainda mais urgente, em face do profundo adoecimento da categoria. Na mobilização do dia 11 de maio, o governador recebeu um relatório elaborado pela Secretaria de Saúde e Previdência descrevendo o quadro de adoecimento existente entre os educadores. No universo de 7.612 professores e funcionários entrevistados pela APP em 2009, 30% sofrem de depressão, 28% têm problemas de voz e 17% têm problemas de coluna.

Secretaria de Municipais aumenta atendimento

Cada vez mais os municípios buscam a APP-Sindicato para garantir seus direitos

Quem acompanha o portal da APP percebe que cada vez mais há matérias com o título “APP na estrada”. Estes textos trazem os relatórios das ações da secretaria de Municipais sobre as negociações dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) nos municípios do estado que não possuem sindicatos locais. Segundo Edilson de Paula, secretário da pasta, isso demonstra um momento mais maduro do trabalho da equipe na forma de encaminhar as questões, pois

passou-se a fazer um trabalho mais sistemático a partir de 2009 com as pautas e prioridades dos municípios.

Nos últimos 12 meses, cerca de 20 novos municípios filiaram-se. Houve um crescimento de 6,75% de janeiro até junho de 2011. Hoje são 135 no total, com 6.898 profissionais que somam mais de 10% de toda a base sindicalizada da APP e exige a presença constante do secretário e assessores. “Eu costumo dizer que é como se houvesse um sindicato em

cada município, pois cada um tem especificidades no executivo, legislativo e na cultura local”, afirma Edilson.

Com a divulgação das atividades cada vez mais os municípios solicitam o atendimento. A aprovação da Lei do Piso também aumentou a demanda. A luta do sindicato é que essa implantação seja de acordo com estrutura vigente das tabelas, sem destruir as carreiras.

Recentemente, passou-se também a atender além de professores,

funcionários. Em Fazenda Rio Grande está sendo feito o PCCR para esses educadores, assim como em Colombo. Ampere já teve o plano instalado através da mediação da APP.

Hoje a secretaria conta com o diretor, dois assessores, uma assistente administrativa e uma advogada. Mas para que faça um atendimento com mais qualidade é necessário que se aumente a estrutura de pessoal e técnica, pois, afinal, são 135 sindicatos dentro de uma secretaria.

Aposentados resgatam memória da APP

Coletivos dos núcleos sindicais organizam-se para recolher materiais

O Seminário Estadual dos/as Secretários/as de Aposentados, realizado nos dias 29 e 30 de março de 2011, conduzido pela secretária estadual de aposentados Profª Tomiko Kiyoku Falleiros, contou com a participação dos secretários/as da pasta dos 29 núcleos sindicais da APP.

Na ocasião, a presidenta da entidade, Profª Marlei Fernandes de Carvalho, lançou o desafio para os

educadores de incluir e planejar, em seus coletivos, o projeto “Livro de Histórias e Memórias da APP-Sindicato”, o qual imediatamente foi acolhido pelos participantes. O Projeto foi oficialmente lançado no dia 26 de abril 2011, data da celebração dos 64 anos da entidade.

Os Núcleos Sindicais de Curitiba Norte, Toledo, Londrina, Cascavel e Francisco Beltrão já estão se orga-

nizando nos coletivos regionais para recolher materiais e encaminharem para a Secretaria Estadual de Aposentados.

A Secretaria Estadual de Aposentados instruiu os coletivos para realizarem esta ação, o que está rendendo histórias importantes e emocionantes, como a de um casal de professores de Londrina que na época da ditadura foi penalizado por fazer gre-

ve. Seus salários foram cortados por quatro meses e precisaram vender até o botijão de gás para alimentar o filho pequeno. Se algum leitor quer saber o final, aguarde até o lançamento do livro. Se alguém se identificou, escreva sua própria história. Os aposentados devem enviar os textos para secaposentados@app.com.br e quem não é aposentado pode enviar para app@app.com.br.

Eleições da APP acontecem dia 22 de setembro

Regimento eleitoral foi aprovado na assembleia da categoria, realizada em Maringá no dia 11 de junho

ELEIÇÕES



2011

A escolha dos membros da diretoria estadual da APP-Sindicato para o triênio 2012 - 2014, bem como das diretorias regionais, do Conselho Fiscal e dos representantes de municípios já tem data: 22 de setembro. No dia, professores e funcionários da Educação de todo o Estado poderão votar nas chapas inscritas. No dia 11 de junho, em Maringá, os educadores aprovaram o regimento eleitoral que regulamenta o processo eleitoral, juntamente com o Estatuto da APP.

O período de inscrições das chapas ou candidaturas individuais definido foi de 22 de junho a 21 de julho. De acordo com as normas, as chapas concorrentes às diretorias estadual e regionais devem ser compostas, obrigatoriamente, por 17 membros. Além disso, elas devem respeitar a cota de gênero, que é de 30%. Para serem referendadas, elas também devem ser, obrigatoriamente,

compostas por professores e funcionários.

No caso do Conselho Fiscal, serão registradas candidaturas individuais. O Conselho será formado pelos nove candidatos mais votados em todo o Estado. Já aos candidatos que ocuparem do 10º ao 18º lugar entre os mais votados, caberá a suplência. Só podem se candidatar os sindicalizados que na data da eleição tenham no mínimo seis meses de filiação, um ano exercendo o cargo na rede e estiverem em dia com as mensalidades sindicais.

A votação deste ano será mista, isto é, voto por cédulas de papel e voto por cédula eletrônica em um sistema eleitoral desenvolvido pelo setor de Tecnologia da Informação (TI) da APP. Para saber mais sobre o processo, acesse o portal da APP (www.appindicato.org.br), onde podem ser encontrados tanto o regimento e o Estatuto do sindicato.

Calendário eleitoral 2011

10/06	Conselho Estadual em Maringá
11/06	Assembleia Estadual Extraordinária para eleição da Comissão Eleitoral e aprovação do Regimento Eleitoral
16 a 21/06	Assembleias regionais para eleição de comissão eleitoral regional
20/06	Divulgação do regimento eleitoral impresso
22/06	Edital de convocação das eleições
de 22/06 a 21/07	Período para inscrição das chapas e candidaturas
24/06	Prazo limite para novo(a) associado(a) ter direito a voto
22/07	Início do período de participação do representante de cada chapa na Comissão Eleitoral
23/07	Prazo limite para comunicação das Comissões Regionais à Comissão Eleitoral Estadual das chapas e candidaturas
25/07	Divulgação da relação nominal das chapas e nomes inscritos para eleição
29/07	Prazo limite para impugnação de candidaturas
18 a 20/08	Período de auditoria e lacração do sistema eleitoral eletrônico
02/09	Fornecimento de relação dos filiados para as chapas inscritas. Prazo limite para indicação de mesários e coordenadores.
07/09	Divulgação dos locais das mesas coletoras de votos
14/09	Convocação das Assembleias Regionais de Apuração.
22/09	Eleição Geral da APP-Sindicato. Instalação das assembleias regionais de apuração.
Até 30 dias após a proclamação dos resultados	Posse das diretorias estadual e regionais, Conselho Fiscal e representantes de municípios eleitos.

XI Congresso da APP será realizado no final do ano

De acordo com regulamento aprovado, atividade será realizada nos dias 2, 3 e 4 de dezembro

O XI Congresso Estadual da APP-Sindicato acontecerá no início de dezembro deste ano, no período de 2 a 4 de dezembro. A data consta no regulamento da atividade, aprovado pela categoria na assembleia realizada no dia 11 de junho, em Maringá. Durante os três dias, os delegados debaterão temas da educação e definirão os próximos passos da entidade. O regulamento da atividade já está disponível no portal da APP: www.appindicato.org.br.

As eleições dos delegados que participarão do Congresso deverão ocorrer entre 26 de setembro e 10 de novembro. A exemplo dos anos anteriores, os debates serão fundamentados nas teses que abordarão o seguinte temário: análises de conjuntura internacional, nacional e estadual; análise das políticas sindical e educacional; balanço político; políticas permanentes (aposentados, gênero etc.); planos de lutas e estatuto da APP.

Conheça o calendário do Congresso Estadual da APP

- 24/08** - Data da publicação do edital de convocação do congresso;
- 14/09** - Data para divulgação do número de delegados/as por núcleo sindical e encaminhamento das teses para o caderno de teses;
- 24/09** - Prazo final para divulgação da tese inscrita pela Diretoria Estadual para os núcleos sindicais;
- 26/09 a 10/11** - Período de realização dos congressos ou assembleias regionais de escolha de delegados(as);
- 18/11** - Prazo final para recebimento na Sede Estadual das fichas de inscrição dos(as) delegados(as) eleitos(as) e da creche, ata padrão, lista de delegados(as) e lista de presença;
- 18/11** - Prazo final para o recebimento na Sede Estadual das emendas complementares ou contrárias e outras teses, aprovadas nos congressos regionais e indicação de nomes para composição da mesa de abertura;
- 30/11** - Divulgação do número total de delegados(as) eleitos(as) nos congressos ou assembleias regionais;
- 30/11** - Prazo final para divulgação da programação e horário de credenciamento do XI Congresso Estadual da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná;
- 02, 03 e 04/12** - XI Congresso Estadual da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.

Secretaria de Imprensa investe em novas mídias

Utilização de redes sociais, rádio e TV, além do portal, garante uma comunicação multimídia e eficiente.

No dia 14 de maio aconteceu o 3º Seminário de Comunicação da APP-Sindicato. Representantes de todo o estado acompanharam as palestras sobre democratização da comunicação, com Rachel Bragatto do Coletivo Intervezes e sobre a utilização das redes sociais como estratégia de dinamização da comunicação do sindicato com a categoria, com João Paulo Mehl, do coletivo de comunicação Soylocoporti.

Um dos destaques do Plano de Trabalho de Comunicação para 2011 é o projeto para pro-

duzir um programa de TV. Para o Secretário de Imprensa, Luiz Carlos Paixão, “o investimento de APP-Sindicato em novas tecnologias e ferramentas de comunicação é sinal da disposição da entidade em potencializar a comunicação com a categoria e com a sociedade. É importante que todos nossos dirigentes e representantes de escolas sejam parte disso”.

Os jornalistas da entidade também deram sua contribuição. Adir Nasser Junior e Valnísia Mangueira apresentaram um pequeno manual de redação a ser usado pelos núcleos para a produção de notícias a ser postadas no site da entidade. As redes sociais também estavam na intervenção da jornalista Denise Soares, da equipe de imprensa do sindicato, que apresentou um guia passo a passo para utilizar o Facebook e o Twitter. Denise falou sobre a reativação da Rádio APPS e trouxe ainda um manual que ensina a enviar vídeos,

destinado para que integrantes dos núcleos possam, eles próprios, produzir material para divulgação pelo sindicato.

O diagramador Rodrigo Augusto Romani apresentou os dados de acesso ao site da APP, bem como o número de cadastrados para receber o boletim da entidade, que passou de 22,3 mil em 2009 para os atuais 34,4 mil. O número de acessos (de IPs únicos) passou de 373 mil em 2010 para quase 520 mil neste ano. O seminário de comunicação foi encerrado com a intervenção da assessora de imprensa Andréa Rosendo, que falou sobre o projeto de resgate das memórias dos trabalhadores na APP, que resultará na edição de um livro no ano que vem.

Se você quer receber os manuais envie um e-mail para sid@app.com.br ou imprensa@app.com.br

Campanha de sindicalização fortalece APP

Secretaria de Sindicalização conta com os núcleos sindicais nas ações da campanha de sindicalização de 2011

A Campanha de Sindicalização está trazendo bons resultados. Hoje, são 61.494 trabalhadores com a contribuição sindical em dia, mas ainda há a demanda do potencial de sindicalização de funcionários e professores de todos os núcleos sindicais e seus municípios, perfazendo 40.704 trabalhadores da educação a serem sindicalizados. O mote da campanha é “Nós temos compromisso com a educação”.

Segundo Maria Madalena Ames, secretária de Sindicalização “O sindicato é a ferramenta de luta do trabalhador e quanto mais sindicalizados, mais forte o sindicato é”. Ela conta que cada Núcleo Sindical estudou seu potencial e estabeleceu uma

meta. No total, a intenção é filiar 10 mil educadores em 2011, por isso o empenho dos diretores regionais e representantes de escolas nos municípios é fundamental.

Para analisar os trabalhos da pasta, no dia 13 de maio aconteceu o Seminário de Sindicalização. Participantes de todo o estado ouviram o diretor de Finanças da APP-Sindicato e de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores do Paraná CUT/PR, Miguel Baez fazer uma análise de conjuntura abordando os grandes temas do movimento dos trabalhadores, em especial, o fim do imposto sindical. No encontro fez-se uma análise do trabalho e das demandas, atribuindo tarefas aos núcleos sindicais.



Secretaria de Organização realiza encontros regionais

Considerando as deliberações do Planejamento Estadual da APP-Sindicato e a relevância do fortalecimento dos Núcleos Sindicais, dos Conselhos Regionais, bem como, da categoria no que tange à questão da Organização por Local de Trabalho – OLT, a secretaria estadual de Organização da APP-Sindicato vem realizando no mês de junho “Reuniões Macros Regionais de Organização”, buscando

abranger os 29 Núcleos Sindicais.

A secretaria já realizou duas reuniões: em Guarapuava e em Londrina. Foram discutidas a OLT, eleição de representantes de escolas e conselhos regionais. Estão programadas ainda três reuniões no mês de junho, que irão acontecer nos dias 22 em Maringá; 28 em Curitiba e 29 em Cascavel. Lembrando que participam dessas reuniões os núcleos regionais de cada região.

Segundo o secretário de Organização, professor José Ricardo Donatti Corrêa, “a importância da organização do trabalho nas escolas é imprescindível para que todos os debates e deliberações das instâncias do sindicato sejam, realmente, a todos os trabalhadores em educação. A base, sem dúvida alguma, é parte mais importante do sindicato”.

Trabalhadores em educação com deficiência planejam pauta

Grupo organiza-se e reivindica melhores condições de trabalho

Nos dias 1º e 2 de julho acontece o primeiro Seminário dos Trabalhadores em educação com Deficiência do Paraná. A iniciativa é da secretaria de Políticas Sociais da APP estadual e do coletivo de trabalhadores com deficiência do sindicato. Desde o ano passado planeja-se o evento. O objetivo é trazer educadores de todo o estado para os dois dias de discussões.

No Brasil, 14,5% da população total encontra-se neste grupo. No Paraná, pelo menos 5%

dos trabalhadores possuem deficiência, por causa das cotas de concurso público, e as reivindicações são muitas. Segundo Silvana Prestes, secretária de Políticas Sociais, muitos trabalhadores reclamam das condições de trabalho e são até deslocados da função atribuída no contrato. “Às vezes um profissional que está habilitado para dar aulas acaba sendo colocado na biblioteca, por causa da deficiência”, exemplifica a secretária. Isso demonstra o preconceito com que

o tema é tratado e a necessidade de uma pauta específica, que será apresentada ao governo.

Na parte de manhã do primeiro dia o tema da palestra é “O mundo do trabalho e a pessoa com deficiência”, à tarde é sobre “Educação inclusiva”. No sábado pela manhã será debatida a “Organização dos trabalhadores com deficiência”. O encontro acontece em Curitiba na Casa do Trabalhador (CEPAT), na Rua João Batista Gabardo, 433, bairro Sítio Cercado.

Seminário ecossocialista discute sustentabilidade

Organizadores trazem forma mais aprofundada de discutir o tema

Uma semana após o seminário de Trabalhadores com Deficiência a APP-Sindicato promove em Curitiba o I Seminário Estadual de Ecossocialismo Sustentabilidade Social Ambiental nos dias 8 e 9 de julho, com a participação do MST, do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e outras organizações ecossocialistas. Será das 9 às 18 horas, também no CEPAT.

O debate inova ao tratar dos conceitos de meio ambiente de uma forma diferente do que circula pela grande mídia. “Não é só reciclar a garrafa pet. Essa história de ‘vamos reciclar’ mantém o sistema do jeito que está. O termo ecossocialista indica que a gente está sendo prejudicado no meio ambiente pelo sistema capitalista”, afirma Silvana Prestes, secretária de Polí-

ticas Sindicais. Segundo ela, a forma como assunto é comumente abordado apenas faz a manutenção do sistema como está, e não é capaz de provocar mudanças.

Durante o encontro será feita uma cartilha sobre o ecossocialismo para debate nas escolas, também será formado o coletivo estadual de meio ambiente.



**I Seminário do Ecossocialismo,
Sustentabilidade Socioambiental
da APP-Sindicato**

:: Participação

Para participar dos dois seminários entre em contato com o Núcleo Sindical de sua região.

Defensoria pública é conquista dos movimentos sociais

Estado aprova projeto de lei após 23 anos de descaso dos governos

Finalmente o estado do Paraná conta com uma defensoria pública. Foi o último estado a aprovar a lei. O órgão será instaurado com 23 anos de atraso, pois é obrigatório desde a Constituição de 1988.

Há 15 anos o Comitê Pró-defensoria realiza audiências públicas a favor dessa causa. A APP e outros sindicatos, movimentos sociais, CUT, conselho permanente de direitos humanos e outras entidades tiveram participação ativa na conquista da lei que foi aprovada no dia 19 de maio. O projeto de lei foi apresentado inicialmente na assem-

bleia é assinado pelo deputado Tadeu Veneri.

A Defensoria Pública é o órgão que oferta acompanhamento jurídico a quem não tem condições de pagar pelo serviço. Está no artigo 5º da Constituição Federal: o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Ela atua em todas as áreas da ciência jurídica, e não apenas na criminal, como muitos pensam, tanto na defesa dos direitos do autor como do réu.

Segundo Silvana Prestes, secretária de Políticas Sociais, que acompanhou esse debate “Foi muito

importante o papel dos movimentos sociais. O Paraná é um estado considerado organizado e foi o último estado do Brasil a implantar a defensoria. Isso demonstra o descaso dos governos com relação aos mais pobres, mais carentes”.

O atendimento ao público começa no ano que vem. O concurso para 207 defensores acontece no próximo semestre. Serão 333 defensores públicos – pelo menos um por comarca – além de 426 assessores jurídicos e administrativos. Hoje são apenas cerca de 30 advogados que fazem o trabalho de forma precária.

Categoria se mobiliza para **13ª Plenária Estadual da CUT**

Os trabalhadores vão analisar as ações da central, definir as estratégias de lutas e iniciar preparativos para o 11º Congresso Nacional da CUT

De 16 a 21 de junho os 29 núcleos sindicais da APP-Sindicato vão realizar assembleias para eleger os delegados para a Plenária Estadual da CUT, que acontecerá entre os dias 18 a 20 de agosto, no Assentamento Contestado, Lapa (PR). Os 82 profissionais da Educação eleitos pela APP acompanharão os debates sobre a conjuntura, definirão as estratégias de atuação da central

para o próximo período e também aprovarão o plano de lutas e os preparativos para o 11º Congresso Nacional da CUT.

A 13ª Plenária da CUT visa fazer um balanço das ações desenvolvidas pela entidade e definir, em conjunto com todos os representantes dos sindicatos de base cutista, as estratégias de luta para o próximo período. “É um espaço para se fa-

zer análise de conjuntura global, nacional e estadual e também de atualizar e embasar o plano de lutas estabelecido nos Congressos da entidade. Este ano vamos debater ainda temas como o fim do imposto sindical, reforma política com democratização do estado e, entre outros, a redução da jornada de trabalho sem diminuição de salários”, ressaltou o secretário de Política

Sindical, Hermes Silva Leão.

Plenária nacional - A 13ª Plenária Nacional da CUT acontece de 3 a 7 de outubro, em São Paulo. A pauta e o temário incluem: Conjuntura - nacional e internacional, Estratégia, Projeto Político Organizativo, Estatuto, Recomposição da Direção Nacional, Plano de Lutas e Convocação do 11º Congresso Nacional da CUT.

CUT nacional convoca classe trabalhadora para grande mobilização em 6 de julho

Representantes da CUT, CMS, MST, CMP e Marcha Mundial das Mulheres definem pauta unificada

A CUT - maior central sindical do Brasil, da América Latina e 5ª maior do mundo - honrando a histórica tradição de luta, organização e mobilização em defesa da classe trabalhadora brasileira convoca o conjunto da militância cutista, incluindo os educadores, para o Dia Nacional de Mobilização, que será realizado no próximo dia 6 de Julho.

Desde maio, representantes da CUT vêm se reunindo com representantes do MST (Movimento dos

Trabalhadores sem Terra), da CMP (Central de Movimentos Populares), CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais), Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e de outras entidades que apoiaram a ideia e se incorporaram imediatamente ao processo de mobilização e organização da ação, para elaborar uma pauta unificada.

As atividades de mobilização de 6 de julho deverão ocorrer nas capitais e contará com panfletagens

nas praças, pontos de grande fluxo de pessoas, escolas, fábricas, além de greves, paralisações, assembleias, entre outros.

A luta será em defesa da alimentação, da educação e de questões trabalhistas e sindicais. Os manifestantes também vão pautar à Sociedade e o Estado com bandeiras em defesa dos interesses da classe trabalhadora, que envolvem luta por mais e melhores empregos e salários. Entre outras reivindicações es-

tão a defesa da reforma agrária e do Plano Nacional de Educação, com a destinação de 10% do PIB brasileiro para a educação. A redução da jornada para 40 horas semanais sem redução de salário; a liberdade e autonomia sindical, pelo fim do Imposto Sindical e pela implantação da Contribuição Negocial, o combate às práticas antissindicais e o fim do fator previdenciário, além do combate à precarização e à terceirização também estarão presentes.

Juventude sindical se prepara para a Conferência Nacional da Juventude

A II Conferência Nacional de Juventude se realizará de 9 a 12 de dezembro de 2011 em Brasília, com o lema “Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos” terá três temas principais: Juventude - Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional; Plano Nacional de Juventude: prioridades 2011-2015; e Articulação e Integração das Políticas Públicas de Juventude. O objetivo é promover a democracia participativa, fortalecer o debate público e contribuir para a construção e fortalecimento da política nacional de juventude. Além do texto base, jovens de todo o país debaterão temas como educação, saúde e sexualidade, dentre outros.

No Paraná, estes debates estão sendo intensificados. Na reunião do Coletivo da Juventude da CUT-PR, ocorrida no final de maio, em Curitiba, os jovens também discutiram as pautas prioritárias do movimento sindical. O encontro teve caráter organizativo. O Coletivo reiniciou os trabalhos discutindo a importância da juventude no movimento sindical e a renovação de quadros a partir de práticas que dialoguem com os jovens. Os participantes também se dividiram em grupos para formar a rede local, cuja principal tarefa é se articular com movimentos sociais de cidades próximas para pressionar o

poder público a realizar a Conferência da Juventude nas regiões. A reunião do Coletivo terminou com o debate sobre a Conferência do Trabalho Decente. Hemes Leão, dirigente da APP-Sindicato, repassou informes sobre a oficina realizada pela Escola Sul da CUT e a particularidade da juventude neste debate.

Trabalho Decente - A APP, por meio da Secretaria de Políticas Sindicais, está envolvida também com os debates que culminarão com a realização da 1ª Conferência Nacional do Trabalho Decente e Emprego, que deve acontecer em maio de 2012, em Brasília. O evento será um passo

importante na discussão de ações que possibilitem a erradicação do trabalho escravo, infantil e em condições degradantes no país.

O conceito de trabalho decente foi criado na década de 90 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) dentro de um contexto de crise mundial do emprego em todos os países. A concepção de trabalho decente é estendida ao trabalho realizado em condições adequadas de saúde, segurança, liberdade e com remuneração digna, visando a geração de mais e melhores empregos, bem como o fortalecimento dos atores envolvidos e o diálogo social na construção de políticas públicas.

Livro de Histórias e Memórias

Para ficar na história: APP quer registrar a sua luta no “Livro de Histórias e Memórias”

No próximo ano a APP completará 65 anos de história. História construída com a participação de muitas pessoas. Para lembrar a data, reunirá em livro experiências pessoais de educadores relatando momentos desta história. Para tanto, o objetivo é reunir nos próximos meses relatos de professores e professoras, funcionários e funcionárias da Educação - aposentados e da ativa -, bem como funcionários da própria APP. O material vai ser publicado em 2012 para marcar as festividades dos 65 anos da entidade.

Como participar? - Os interessados em par-

ticipar do “Livro de Histórias e Memórias” devem redigir textos de, no máximo, duas laudas. Devem contar sobre uma passagem de luta da vida (profissional ou não) e sobre a relação que mantem com a APP. Os depoimentos podem ser descritivos sobre situações que marcaram a vida do possível colaborador. Por isso, além das memórias, os colaboradores devem encaminhar - se possuírem - documentos (fotografias e matérias publicadas na imprensa) sobre o fato. Estes materiais servirão como fonte de pesquisa para a redação do “Livro de Histórias e Memórias da APP-Sindicato”.

As contribuições devem ser enviadas com identificação pessoal ou a com a identificação do Núcleo Sindical da APP. Os textos e materiais dos professores e funcionários da ativa serão recebidos no e-mail da Secretaria Geral: app@app.com.br. Os textos e materiais dos professores e funcionários da ativa serão recebidos no e-mail da Secretaria de Aposentados: secaposentados@app.com.br

O Projeto - Lançado em abril por ocasião do aniversário de 64 anos da APP, o livro quer fazer um registro dos sonhos, lutas e conquistas alcançadas por intermédio da APP.

Obras da sede estadual e dos núcleos avançam

Além da sede estadual, núcleos também estão com novas instalações em construção: Toledo, Francisco Beltrão e Cascavel

Durante a assembleia da categoria realizada em Maringá, a secretária de Administração e Patrimônio da APP-Sindicato, Clotilde Vasconcelos, apresentou o andamento das obras de construção nova sede estadual - em Curitiba - e dos núcleos sindicais de Cascavel, Maringá e Toledo. A previsão é de que os novos ambientes sejam concluídos neste ano.

Em Curitiba, o edifício que está sendo erguido em um terreno de 1.800 m² terá 3.840 m² e sete pavimentos. A nova sede terá ainda estacionamento para cerca de 90 carros, um teatro com capacidade para 600 pessoas, anfiteatro, estúdios de rádio e televisão, átrio, cozinha, refeitório, biblioteca, salas de aula, além das instalações das secretarias e setores administrativos da APP.

“O objetivo da nova sede em Curitiba é oferecer uma estrutura melhor para atender os nos-

sos sindicalizados. A empresa responsável pela obra planeja que em outubro deste ano o prédio já esteja finalizado. A inauguração está prevista para o mesmo mês”, anunciou Clotilde.

Núcleos sindicais - Recentemente, Paranavaí e Assis Chateaubriant adquiriram sedes próprias e União da Vitória e Campo Mourão estão com as negociações de compra em curso. Jacarezinho e Umuarama já concluíram as construções e Curitiba Norte, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Apucarana tiveram os prédios reformados. Os núcleos de Paranaguá e Mandaguari estão recebendo doação de terreno para construção de suas sedes.



Foto: Rodrigo Romani

O edifício que está sendo erguido em Curitiba terá 3.840 m² e sete pavimentos

Moto Grupo da APP comemora aniversário com jantar dançante



No próximo dia 7 de julho o Moto Grupo da APP-Sindicato comemora 2 anos de estrada. A data será celebrada com um jantar dançante no restaurante Toscana, no bairro Santa Felicidade, em Curitiba. A festa, por adesão (R\$ 24,00 mais bebida), inicia às 20h30. Os interessados devem confirmar presença até o dia 4 de julho, através dos e-mails ou telefones abaixo.

Participe do MG - O Moto Grupo da APP nasceu, segundo os idealizadores, com a convicção de que lazer e companheirismo podem e devem ser compartilhados entre os profissionais da educação.

Deste modo, o MG trabalha para agregar os educadores no intuito de socializá-los em convívio saudável, benéfico, com fins recreativos e culturais.

“Neste propósito, os eventos organizados sempre objetivam o bem-estar e a saúde psicológica dos integrantes, além de possibilitar o enriquecimento e conhecimento cultural, oportunizando vivência com as tradições regionais”, explica Dilson, lembrando que os passeios e programas sociais são realizados todos os meses.

Os interessados em integrar o Moto Grupo podem entrar em contato com o Dilson pelo telefone (41) 9988-4863 ou

Foto: MG da APP

Grupo reunido em mais um passeio pelo litoral

gmail.com ou com a professora Terezinha Moisés, pelos telefones (41) 9621-8918 e ou 8505-4290, ou os e-mails tetemcapp@gmail.com | tetefilosofia.moises@gmail.com. A confirmação para o jantar é através destes contatos.